

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Transirapé de Transmissão
São Paulo -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.148	8.690
Concessionárias e Permissionárias	5	3.087	3.726
Serviços em Curso		412	-
Tributos Compensáveis		154	165
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.237
Despesas Pagas Antecipadamente		4	20
Outros Ativos Circulantes		2.887	880
Ativo Não Circulante			
Concessionárias e Permissionárias	5	22	197
Títulos e valores mobiliários	4	2.289	-
Outros Ativos Não Circulantes		11	11
Imobilizado	6.1	99.698	101.786
Intangível	6.2	90	83
Total do Ativo		<u>113.802</u>	<u>117.795</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.337	124
Empréstimos e Financiamentos	7	14.382	14.862
Obrigações Sociais e Trabalhistas		105	1.352
Tributos		1.377	-
Dividendos Declarados		18.670	10.312
Encargos Setoriais		1.877	1.729
Outros Passivos Circulantes		218	1.354
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	7	17.899	31.121
Tributos Diferidos		15	-
Outros Passivos Não Circulantes		-	243
Total do Passivo		<u>55.880</u>	<u>61.097</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	22.340	22.340
Reservas de Lucros	8.2	164.229	108.218
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais (Prejuízos) Acumulados	8.2	- (128.647)	5.688 (79.548)
Total do Patrimônio Líquido		<u>57.922</u>	<u>56.698</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>113.802</u>	<u>117.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		39.863	35.802
Outras Receitas Vinculadas		-	127
(-) Parcela Variável		(324)	(184)
Tributos			
PIS-PASEP		(257)	(232)
Cofins		(1.186)	(1.071)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(365)	(330)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.028)	(929)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(158)	(143)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	9	<u>36.545</u>	<u>33.040</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>36.545</u>	<u>33.040</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(1.202)	(948)
Material		(188)	(42)
Serviços de Terceiros		(2.213)	(2.158)
Arrendamento e Aluguéis		(32)	(167)
Seguros		(33)	(50)
Doações, Contribuições e Subvenções		(1)	(34)
Tributos		(34)	(5)
Depreciação e Amortização		(4.085)	(4.083)
Outras Receitas Operacionais		(1)	-
Resultado da Atividade		<u>28.756</u>	<u>25.553</u>
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(2.120)	(3.639)
Receitas Financeiras		222	1.312
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>26.858</u>	<u>23.226</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(1.276)	(1.522)
Lucro Líquido do Exercício		<u>25.582</u>	<u>21.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do Exercício		25.582	21.704
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		<u>25.582</u>	<u>21.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	(Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.340	4.468	92.805	2.000	(60.003)	61.610
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	(14.304)	(2.000)	-	(16.304)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	21.704	21.704
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.312)	(10.312)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	5.688	(5.688)	-
Reserva para Investimentos	-	-	25.249	-	(25.249)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.340	4.468	103.750	5.688	(79.548)	56.698
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(5.688)	-	(5.688)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	25.582	25.582
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(18.670)	(18.670)
Reserva para Investimentos	-	-	56.011	-	(56.011)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.340	4.468	159.761	-	(128.647)	57.922

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 13.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	25.582	21.704
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	-	3
Depreciação	4.085	4.080
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.276	1.522
Juros e Variações Monetárias	1.890	3.336
Outros	(43)	(57)
	32.790	30.588
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e Permissionárias	(1.200)	(311)
Tributos compensáveis	(20)	(58)
Outros	(2.402)	(149)
	(3.622)	(518)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	148	(4)
Fornecedores	1.213	(3)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(21)	5
Tributos	(83)	48
Outros	763	10
	2.020	56
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(1.893)	(3.418)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.123)	(1.228)
	28.172	25.480
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgates em investimentos temporários	-	18
Imobilizado	(2.023)	(42)
Intangível	(7)	-
	(2.030)	(24)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(13.700)	(8.153)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(16.000)	(22.886)
	(29.700)	(31.039)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.558)	(5.583)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	8.690	14.273
No fim do exercício	5.132	8.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transirapé de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
009/2004	30	2034	41.048	IGP-M	dez/05

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725 de 14/07/2020.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil – Continuação

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adota medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 13 para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 30 de abril de 2021.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias - Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendem o Caixa Concessionárias e Permissionárias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias - Continuação

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.3. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente seu valor justo, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias - Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias – Continuação

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias - Continuação

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Imobilizado e intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Transmissão	135.690	-	(42)	-	-	135.648	(42)	(38.730)	96.918	101.022
Terrenos	122	-	-	-	-	122	-	-	122	122
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.795	-	-	-	-	2.795	-	(1.365)	1.430	1.526
Máquinas e Equipamentos	132.750	-	(42)	-	-	132.708	(42)	(37.342)	95.366	99.373
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	23	-	-	-	-	23	-	(23)	-	1
Administração	80	-	(4)	-	-	76	(4)	(29)	47	52
Máquinas e Equipamentos	28	-	-	-	-	28	-	(19)	9	10
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)	-
Móveis e Utensílios	52	-	(4)	-	-	48	(4)	-	48	42
Subtotal	135.770	-	(46)	-	-	135.724	(46)	(38.759)	96.965	101.074
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	712	10.283	(8.263)	-	-	2.732	2.020	-	2.732	712
Máquinas e Equipamentos	-	195	-	-	-	195	195	-	195	-
Material em Depósito	712	3.553	(2.146)	-	-	2.119	1.407	-	2.119	712
A Ratear	-	38	(30)	-	-	8	8	-	8	-
Outros	-	6.497	(6.087)	-	-	410	410	-	410	-
Administração	-	1	-	-	-	1	1	-	1	-
Máquinas e Equipamentos	-	1	-	-	-	1	1	-	1	-
Subtotal	712	10.284	(8.263)	-	-	2.733	2.021	-	2.733	712
Total do Ativo Imobilizado	136.482	10.284	(8.309)	-	-	138.457	1.975	(38.759)	99.698	101.786

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Imobilizado e intangível - Continuação

6.2. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019				Transferências		Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
	31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	(C)	Outros (D)						
Transmissão	83	-	-	-	-	-	83	-	-	83	83
Servidões	83	-	-	-	-	-	83	-	-	83	83
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	90	-	-	-	-	-	90	-	(90)	-	-
Softwares	90	-	-	-	-	-	90	-	(90)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	173	-	-	-	-	-	173	-	(90)	83	83
Ativo Intangível em Curso											
Administração	-	7	-	-	-	-	7	7	-	7	-
Softwares	-	7	-	-	-	-	7	7	-	7	-
Subtotal	-	7	-	-	-	-	7	7	-	7	-
Total do Ativo Intangível	173	7	-	-	-	-	180	7	(90)	90	83

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020		31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Transmissão		135.648	(38.730)	96.918
Custo Histórico	3,01%	135.648	(38.730)	96.918
Administração		76	(29)	47
Custo Histórico	6,02%	76	(29)	47
		135.724	(38.759)	96.965
Em Curso				
Transmissão	-	2.732	-	2.732
Administração	0,00%	1	-	1
		2.733	-	2.733
		138.457	(38.759)	99.698
				101.786

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	196	196
A Ratear	38	38
Material em Depósito	3.553	3.553
Outros	6.497	6.497
Total das Adições	10.284	10.284

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Imobilizado e intangível - Continuação

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6.6. As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
1. CHAVE SECCIONADORA 345 KV 1250A TRIFÁSICO AUTOMÁTICO A SECO	42
2. RACK PARA SERVIDOR 19" NK 4100 41 U - PRETO	4

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1. Abertura do endividamento

31/12/2020									
Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.
BNDES CRED. AUT. 215411	170	542	2.349	3.061	Sim	Dez/13	Aval/Fiança	Não há	3,50%
BDMG - FINAME B 177906	11	2.382	4.963	7.356	Sim	Ago/16	Aval/Fiança	TJLP	4,50%
BDMG - FINEM 193292	160	421	3.298	3.879	Sim	Dez/14	Aval/Fiança	TJLP	3,50%
BDMG - FINAME - SUBCREDITO C	48	947	-	995	Sim	Jun/16	Aval/Fiança	TJLP	6,00%
DEBENTURES 2ª Emissão	4	9.697	7.289	16.990	Sim	Set/17	Subord/Quirog	CDI	7,75%
Total por Dívida	393	13.989	17.899	32.281					

Instituição / Linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
							2022	2023	2024	2025	2026	2026+	Total
BNDES CRED. AUT. 215411	15/03/21	Trimestral	15/03/21	15/04/26	Trimestral	SAC	542	542	542	542	181	-	2.349
BDMG - FINAME B 177906	15/01/21	Mensal	15/01/21	15/01/24	Mensal	SAC	2.382	2.382	199	-	-	-	4.963
BDMG - FINEM 193292	15/01/21	Mensal	15/01/21	15/10/29	Mensal	SAC	421	421	421	421	421	1.193	3.298
BDMG - FINAME - SUBCREDITO C	15/01/21	Mensal	15/01/21	15/04/21	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	-
DEBENTURES 2ª Emissão	26/01/21	Mensal	26/01/21	26/09/22	Mensal	SAC	7.289	-	-	-	-	-	7.289
							10.634	3.345	1.162	963	602	1.193	17.899

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

31/12/2019										
Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	
BDMG FINAME	-	77	-	77	Sim	Jun/10	Aval/Fiança	Não há	4,50%	
BDMG FINAME RBNI	14	2.382	7.346	9.742	Sim	Dez/13	Aval/Fiança	Não há	3,50%	
BDMG FINAME REATORES	61	1.490	497	2.048	Sim	Ago/16	Aval/Fiança	TJLP	4,50%	
BDMG FINEM	142	421	3.753	4.316	Sim	Dez/14	Aval/Fiança	TJLP	3,50%	
BNDES	95	485	2.585	3.165	Sim	Jun/16	Aval/Fiança	Não há	2,50%	
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	15	9.680	16.940	26.635	Sim	Set/17	Subord/Quirog	CDI	107,75%	
Total por Dívida	327	14.535	31.121	45.983						

Instituição / Linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total	
							2021	2022	2023	2024	2025	2025+		
BDMG FINAME	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/07/20	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	-	-
BDMG FINAME RBNI	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/01/24	Mensal	SAC	2.384	2.382	2.382	198	-	-	-	7.346
BDMG FINAME REATORES	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/04/21	Mensal	SAC	496	-	-	-	-	-	-	496
BDMG FINEM	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/10/29	Mensal	SAC	421	421	421	421	421	1.648	-	3.753
BNDES	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/04/26	Mensal	SAC	484	485	485	485	485	162	-	2.586
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	26/01/2020	Mensal	26/09/2020	26/09/22	Mensal	SAC	9.680	7.260	-	-	-	-	-	16.940

A administração da Transirapé mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2020, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

7.2. Abertura dos ativos financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	31/12/2020			31/12/2019	
	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	5.148	2.289	7.437	10.927	10.927
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.148	-	5.148	8.690	8.690
Títulos e Valores Mobiliários - Banco Santander	-	2.289	2.289	2.237	2.237

7.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 31/12/2020	Total 31/12/2019
(+) Dívida Bruta	393	13.989	17.899	32.281	45.983
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	393	13.989	17.899	32.281	45.983
(-) Ativos Financeiros		(5.148)	(2.289)	(7.437)	(8.690)
Alta Liquidez		(5.148)	-	(5.148)	(8.690)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(2.289)	(2.289)	
(+) Dívida Líquida	393	8.841	15.610	24.844	37.293

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 22.340, representado por 22.340.490 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Transminas Holding S.A.	9.159.601	41,00%	41,00%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	2.234.049	10,00%	10,00%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	10.946.840	49,00%	49,00%
	22.340.490	100,00%	100,0%

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Patrimônio Líquido--Continuação

8.2. Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2020	31/12/2019
Reserva legal	4.468	4.468
Reserva de retenção de lucros	159.761	103.750
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	5.688
	164.229	113.906

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

9. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2020	31/12/2019
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	39.863	35.929
(-) Parcela Variável	(324)	(184)
Programa de Integração Social - PIS	(257)	(232)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.186)	(1.071)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(365)	(330)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.028)	(929)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(158)	(143)
Total	36.545	33.040

9.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.725, de 14 de julho de 2020, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 6,50%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2020 (com data-base em 2019) e a próxima será em 1 de julho de 2024.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Pessoal e administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal		
Remuneração	372	553
Encargos	243	185
Previdência privada	7	12
Assistência médica	69	65
Despesas rescisórias	250	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	62	77
Outros	199	56
Total	1.202	948

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	39.539	39.539	35.745	35.745
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.163	4.745	2.860	4.289
Receitas financeiras	222	222	1.312	1.312
Base de cálculo	3.385	4.967	4.172	5.601
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	822	447	1.018	504
Outros	4	3	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	826	450	1.018	504

12. Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.148	-	5.148	8.690	-	8.690
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.237	-	2.237
Concessionárias e Permissionárias	3.087	-	3.087	3.726	-	3.726
Serviços em Curso	412	-	412	285	-	285
Contas a Receber Ativo Contratual	-	35.884	35.884	-	36.834	36.834
Tributos Compensáveis	154	-	154	165	-	165
Despesas Pagas Antecipadamente	4	-	4	20	-	20
Outros Ativos Circulantes	2.887	-	2.887	595	-	595
Ativo Não Circulante						
Concessionárias e Permissionárias	22	-	22	197	-	197
Títulos e valores mobiliários	2.289	-	2.289	-	-	-
Contas a Receber Ativo Contratual	-	217.112	217.112	-	162.552	162.552
Outros Ativos Não Circulantes	11	-	11	11	601	612
Imobilizado	99.698	(99.484)	214	101.786	(101.734)	52
Intangível	90	(83)	7	83	(83)	-
Total do Ativo	113.802	153.429	267.231	117.795	98.170	215.965

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	1.337	-	1.337	124	-	124
Empréstimos e arrendamento mercantil	14.382	45	14.427	14.862	-	14.862
Obrigações Sociais e Trabalhistas	105	-	105	1.352	1.367	2.719
Tributos	1.377	(232)	1.145	-	-	-
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio (*)	18.670	-	18.670	10.312	-	10.312
Encargos Setoriais	1.877	-	1.877	1.729	1.124	2.853
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	2.618	2.618	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	218	-	218	1.354	(620)	734
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e arrendamento mercantil	17.899	121	18.020	31.121	-	31.121
Tributos Diferidos	15	7.792	7.807	-	12.110	12.110
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	14.438	14.438	-	4.884	4.884
Outros Passivos Não Circulantes	-	-	-	243	(243)	-
Total do Passivo	55.880	24.782	80.662	61.097	18.622	79.719
Patrimônio Líquido						
Capital Social	22.340	-	22.340	22.340	-	22.340
Reservas de Lucros	164.229	-	164.229	108.218	-	108.218
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais (Prejuízos) Acumulados	(128.647)	128.647	-	(79.548)	79.548	-
Total do Patrimônio Líquido	57.922	128.647	186.569	56.698	79.548	136.246
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	113.802	153.429	267.231	117.795	98.170	215.965

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às Dividendos a pagar.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	39.863	(43.502)	(3.639)	35.802	(35.802)	-
Outras Receitas Vinculadas	-	-	-	127	-	127
Receita de Operação e Manutenção	-	25.508	25.508	-	-	-
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	22.543	22.543	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	48.200	48.200	-	52.933	52.933
(-) Parcela Variável	(324)	-	(324)	(184)	-	(184)
Tributos						
PIS-PASEP	(257)	(343)	(600)	(232)	(111)	(343)
Cofins	(1.186)	(1.583)	(2.769)	(1.071)	(515)	(1.586)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(365)	-	(365)	(330)	-	(330)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.028)	(1.371)	(2.399)	(929)	(446)	(1.375)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(158)	(211)	(369)	(143)	(68)	(211)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	36.545	49.241	85.786	33.040	15.991	49.031
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	36.545	49.241	85.786	33.040	15.991	49.031
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(1.202)	-	(1.202)	(948)	-	(948)
Material	(188)	(796)	(984)	(42)	-	(42)
Serviços de Terceiros	(2.213)	-	(2.213)	(2.158)	-	(2.158)
Arrendamento e Aluguéis	(32)	12	(19)	(167)	-	(167)
Seguros	(33)	-	(33)	(50)	-	(50)
Doações, Contribuições e Subvenções	(1)	-	(1)	(34)	-	(34)
Tributos	(34)	-	(34)	(5)	-	(5)
Depreciação e Amortização	(4.085)	4.071	(14)	(4.083)	4.076	(7)
Outras Receitas Operacionais	(1)	-	(1)	-	-	-
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	(1.801)	(1.801)	-	-	-
Resultado da Atividade	28.756	50.728	79.484	25.553	20.067	45.620
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(2.120)	(3)	(2.123)	(3.639)	-	(3.639)
Receitas Financeiras	222	(1)	221	1.312	-	1.312
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	26.858	50.724	77.582	23.226	20.067	43.293
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.276)	(1.624)	(2.900)	(1.522)	(522)	(2.044)
Resultado Líquido do Exercício	25.582	49.100	74.682	21.704	19.545	41.249

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário - Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisitou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificou nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a Transirapé já adotava margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário - Continuação

13.1.2. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

13.1.3. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 9,5%; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário - Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

13.1.4. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

13.1.5. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário - Continuação

13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	186.569	136.246
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(153.285)	(93.025)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	22	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	24.616	13.477
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	57.922	56.698

13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido conforme contabilidade societária	74.682	41.249
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(50.707)	(20.067)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(17)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.624	522
Lucro líquido regulatório	25.582	21.704